



Passos Coelho interveio na conferência "Política fiscal" realizada pela TSF e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Fisco 75 milhões de faturas conduziram a empresas suspeitas de irregularidades

Famílias destapam fuga a impostos

Carlos Varela
carlos.varela@jn.pt

► O pedido e declaração de faturas no consumo, em particular nas áreas da saúde e da educação, por parte das famílias permitiu ao Estado detetar irregularidades em empresas nas declarações de rendimentos e respetivas contribuições a nível de impostos. Quem o disse ontem foi o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, durante a conferência "Política fiscal", organizada pela TSF e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, que decorreu em Lisboa, na Fundação Champalimaud. Participaram também António Costa, Jerónimo de Sousa e Catarina Martins.

A apresentação de faturas nas declarações fiscais tem sido uma das maiores apostas do Governo a nível fiscal e ontem o primeiro-ministro adiantou que, a nível de consumo, foram apresentados 75 milhões de faturas, o que permitiu detetar discrepâncias entre a receita real e o que era declarado a nível de impostos.

Numa conferência toda ela virada para a política financeira, num deve e haver da política governamental, a medida surge enquadrada no combate à evasão fiscal e, graças à ação das famílias, verificaram-se "benefícios diretos". "Houve um número muito elevado de

empresas que passou a ser fiscalizado, por haver discrepâncias entre o que reportaram às Finanças, nomeadamente em termos de IVA, e o conjunto das faturas que foi processado pelas famílias", afirmou o primeiro-ministro.

frases :



“O investimento é a única maneira de fugir a uma economia liderada pelo consumo interno”
Passos Coelho
Primeiro-ministro



“Houve um excessivo estrangulamento da procura interna, seja nos impostos seja nas pensões”
António Costa
Líder do PS

A aposta de Passos Coelho vai também para o estímulo do investimento. O primeiro-ministro aponta uma estratégia a nível do IRC, um imposto virado para as empresas, para que o país se torne mais competitivo no espaço europeu e com capacidade para atrair o investimento externo.

“O nosso objetivo é chegar a uma taxa de IRC que não seja superior a 17% no final da próxima legislatura.” A ideia é colocar Portugal ao nível de países como a Polónia e a República Checa “para atrair novos investimentos”. “Essa é a única maneira de, nos próximos anos, fugir àquilo que foi o drama dos últimos 15 ou 20 anos, uma economia liderada pelo consumo interno. Isso revelou-se um desastre para o país que não deve ser repetido”, disse.

É uma solução que aparentemente diverge da apresentada por António Costa que apontou como um falhanço governamental um “excessivo estrangulamento da procura interna, seja nos salários, seja nas pensões”. Mas o líder do PS também se destacou de José Sócrates ao afirmar: “O tempo não volta para trás e, portanto, não estamos nem voltaremos a estar nas condições de 2007, nem são repetíveis as virtudes ou a vicissitudes que ocorreram em 2007. É preciso fazer diferente”. ●